

Vigilância eletrônica e Cibercultura: reflexões sobre a visibilidade na Era da Informação

Monique Fonseca Cardoso* & Anátalia Saraiva Martins Ramos**

Resumo: O texto empreende uma discussão multidisciplinar acerca das novas possibilidades de vigilância existentes na sociedade atual, tomando como referência as relações sociais mediadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação, e o faz, abordando os seguintes conceitos: (i) cibercultura e comunidades virtuais; (ii) vigilância eletrônica e sociedade de controle; (iii) visibilidade e subjetividade. Partindo das mudanças ocorridas nas formas de relação entre os indivíduos em um ambiente de cibercultura, no qual os meios de vigilância estão mais fortemente presentes e menos visíveis, discute-se sobre a influência dessas mudanças nos modos de ser dos indivíduos.

Palavras-chave: cibercultura, comunidades virtuais, vigilância eletrônica, visibilidade

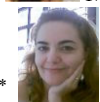
Electronical Surveillance and Cyberculture: Refletions about Visibility in the Information Age

Abstract: This paper aims at doing a conceptual and multidisciplinary discussion about the new possibilities of surveillance of nowadays society. Its references are the social relations mediated by the new information and communication technologies. Such debate is done from the following concepts: (i) ciberculture and virtual communities; (ii) electronical surveillance and society of control; (iii) Visibility and subjectiveness. It starts arguing about the changes into the relationships that take place inside a cibercultural environment, whose surveillance mechanisms are stronger, but less visible. It discusses about the way that these changes influence the way of acting of individuals in society, by the modification on the interrelation visibility/subjectiveness.

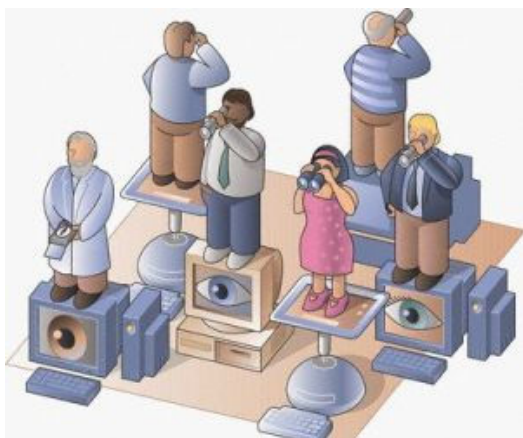
Key words: cyberculture, virtual communities, electronical surveillance, visibility.



* MONIQUE FONSECA CARDOSO é Mestranda em Administração (PPGA/UFRN).



** ANATÁLIA SARAIVA MARTINS RAMOS é Mestre e Doutora pela COPPE (UFRJ) e Professora do PPGA/UFRN.



Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as novas tecnologias de comunicação, desenvolvidas a princípio com fins bélicos, passaram a ser difundidas para fins civis e comerciais. O surgimento dos computadores pessoais a partir dos anos 1980, e principalmente da Internet nos anos 1990, com disseminação em escala mundial, acabaram produzindo mais inovação, e diversificando cada vez mais suas fontes, de forma que o progresso tecnológico passou a acontecer em uma escala logarítmica. Atualmente, vive-se a 'Era da Informação', uma época caracterizada pela difusão de novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), com conseqüente alteração nos padrões outrora adotados, por exemplo, nas relações de trabalho, na dimensão espaço-temporalidade, e até mesmo nas formas de socialização dos indivíduos (CASTELLS, 2009; PURSELL; KRANZBERG, 1967).

As TIC revolucionam dimensões estruturais da vida humana como a temporalidade e a espacialidade, já que o espaço é desterritorializado e o tempo é dinâmico. As formas de socialização são alteradas, pois as pessoas não mais necessitam deslocar seus corpos para estarem em contato com o outro

(BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007; BRUNO, 2004).

É nesse contexto que surgem as *comunidades virtuais*, definidas como espaços simbólicos onde os indivíduos se reúnem para formar novos laços sociais, através da comunicação mediada por computador, sem estarem dentro de um espaço físico definido (RECUERO, 2001). Nelas, no mesmo movimento em que se abre a possibilidade para exposição da vida privada, igualmente se acham as pessoas submetidas, através da tecnologia, a uma vigilância constante (BRUNO, 2004).

Contra este pano de fundo, este texto objetiva empreender uma reflexão teórica sobre a vigilância no contexto da sociedade atual, e o faz abordando os seguintes temas: (i) Cibercultura e as comunidades virtuais; (ii) Vigilância eletrônica e a sociedade de controle; e (iii) Visibilidade e subjetividade.

1. Cibercultura e as comunidades virtuais

A popularização da Internet a partir dos anos 1990 fez com que os computadores passassem de pessoais (PC) a coletivos (CC). A partir de então, um computador sem conexão apresenta utilização limitada, já que sua principal função passa a ser a de interação através da rede (LEMOS, 2004). O surgimento dos CC marca o início de uma transformação social ainda em curso: a vida passa a acontecer em um ciberespaço.

O ciberespaço refere-se não apenas à infraestrutura material do ambiente virtual, mas às informações contidas na rede, e às pessoas que estão interconectadas a ela. Embora não seja fisicamente delimitável, é onde acontecem as relações em um ambiente

de cibercultura. Para Lévi (1999, p.17), cibercultura é “o conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento, e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. É o contexto através do qual acontece a comunicação, a sociabilidade, a organização e a disseminação do conhecimento humano, a partir do início do século XXI. As transformações socioculturais que acontecem em um mundo inserido na cibercultura afetam a socialização das pessoas e ensejam discussões sobre o próprio conceito de comunidade.

Na Sociologia Clássica, o conceito de comunidade caminha em oposição ao de sociedade. *Gemeinschaft* (comunidade) tem motivação afetiva, e está ligada a relações locais, à história do indivíduo, sua família ou cidade. Nessa instância, o controle se dá através do hábito, costumes ou pela religião. A motivação para ação dos indivíduos é obtida a partir do sentimento de solidariedade e do fazer parte do todo. São características das comunidades o sentimento de pertencimento, cooperação, permanência e ligação ao local onde está a comunidade; sendo estas características facilitadoras do estabelecimento de relações. Por sua vez, a sociedade (*Gesellschaft*) seria fruto da modernidade, possui motivações objetivas, e seu controle se dá através de convenção, lei, opinião pública; e sua abrangência inclui as cidades, as nações, o mundo (RECUERO, 2001).

Apesar desses conceitos não serem excludentes, Rheingold (2000) afirma que o senso de comunidade está desaparecendo atualmente. Isso porque os lugares propícios ao desenvolvimento de tal “sentimento”, aqueles onde há uma “vida pública

informal”, na qual as pessoas formariam laços sociais espontaneamente, e não por uma relação formal, são cada vez menos freqüentados na sociedade atual. Essa seria, na visão do autor, a razão do surgimento das comunidades virtuais, as quais ele define como:

agregados sociais que surgem da Internet, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço (RHEINGOLD, 2000, p.6).

O sentimento de pertencimento é o que caracteriza uma comunidade virtual como tal. Deixa-se de lado, portanto, o elemento territorial, presente no conceito das comunidades tradicionais (RHEINGOLD, 2000). Por essa razão, questiona-se a adequação na utilização do termo comunidade para definir relações que acontecem no ciberespaço, já que, por não ocuparem um espaço físico definido, as comunidades virtuais não possuiriam um elemento importante para a formação de uma comunidade, segundo a Sociologia Clássica (JONES, 1997; RECUERO, 2001).

Na tentativa de suprir essa lacuna, Jones (1997) diferencia a comunidade virtual do que chama “*virtual settlement*”: o lócus onde estaria inserida a comunidade virtual. O *virtual settlement* é um ciberespaço, e sua principal característica seria a ocorrência de interação contínua e interesse em um assunto comum. Nele, há alto nível de interatividade, variedade de pessoas participantes, um nível mínimo de associação entre os membros e um espaço público para troca de mensagens, onde predominantemente ocorre a interação. Embora as fronteiras desse lugar não sejam concretas, ele é delimitado por um canal que lhe fornece

suporte tecnológico: seja este uma lista de discussão, uma rede de relacionamento, ou um software.

Para Palacios (1998), o sentimento de pertencimento formado nas comunidades virtuais seria semelhante ao da comunidade da sociologia clássica, divergindo justamente na idéia de territorialidade. Por outro lado, o fato das comunidades virtuais estarem inseridas em locais simbólicos possibilita que haja eletividade do pertencimento. Diferentemente do que acontece nas comunidades tradicionais, nas virtuais, os indivíduos podem escolher de qual comunidade fazer parte.

Primo (1997) considera a formação de uma comunidade virtual como estando ligada à interação mútua, a qual se dá abertamente. Apesar da ampla possibilidade de interação existente no ciberespaço, esta só caracteriza uma comunidade se acontecer de forma não massificada. Este novo espaço, agora ciberespaço, se torna um meio diferenciado e potencializador de (novas) interações. Isto traz implicações, pois essas novas formas de interação geram igualmente novas formas de socialização, as quais podem, ineditamente, ocorrer sob o anonimato. Além disso, ou principalmente, no que se refere à temática aqui abordada, muitos sujeitos se utilizam de tais espaços para, de forma protegida, acessar informações sobre os outros (FORTIM, 2006), através da chamada “vigilância eletrônica”.

2. A Vigilância (Eletrônica) na Sociedade (de Controle)

A vigilância eletrônica consiste no monitoramento de pessoas por meio de dispositivos tecnológicos diversos, sejam eles câmeras, satélites ou computadores. Atualmente, fala-se em

vigilância eletrônica através de bancos de dados, sistemas de informações e de hardwares utilizados para monitorar informações (ELMES; STRONG; VOLKFF, 2005; GANDY, 1989; SEWELL; WILKINSON, 1992; ZIMMER, 2009).



Michel Foucault (1926-1984)

O termo vigilância foi inicialmente utilizado por Foucault (1997) para caracterizar a atividade predominante em um modelo de sociedade que ele chamou de disciplinar, onde se buscava a docilização dos corpos dos indivíduos através de seu enclausuramento e da geração do senso de autovigilância, obtida através de uma arquitetura panóptica. Em geral, os estudos que analisam a vigilância eletrônica empregam a alegoria utilizada por Foucault (1997) a partir do Panóptico de Bentham.¹

¹ Idealizado por Bentham, o Panóptico consistiu em um projeto arquitetônico para as prisões inglesas no século XVIII. Em síntese, previa a construção circular de celas individuais, com uma torre de controle ao centro. Desta, seria emitida uma luz, focando cada uma das celas. Sua arquitetura foi minuciosamente projetada para que os presos não conseguissem enxergar se havia alguém na torre os vigiando (Foucault, 1997).

Segundo Foucault (1997, p.167), “o Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”. Seu efeito mais importante seria “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade [...] fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos,



mesmo se é descontínua em sua ação”. A onisciência proporcionada pela alegoria do Panóptico, utilizada por Foucault para ilustrar a sociedade disciplinar, automatiza e desindividualiza o poder e não permite fuga (FOUCAULT, 1997; LYON, 1993; BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007).

Bauman (1999) fala sobre o panoptismo dos bancos de dados que acumulam informações, sendo utilizados pelos mais diversos tipos de indivíduos e instituições, e para as mais diversas finalidades. Para ele, a diferença desse “superpanóptico” para o panóptico de Foucault está na voluntariedade dos vigiados, que fornecem eles mesmos as informações coletadas. Bauman (1999) afirma que o panóptico marcou a passagem para a sociedade disciplinar, pois fez a transição de uma situação em que muitos vigiavam poucos para uma situação em que poucos vigiam muitos. Contudo, a ascensão crescente dos meios de comunicação auxiliou o desenvolvimento de novas técnicas de controle, onde novamente, muitos vigiam poucos, “como nunca antes na história” (BAUMAN, 1999, p.59).

Citando Mathiesen (1997), Bauman

(1999) introduz o sinóptico, cuja diferença está em sua globalidade, em detrimento da localidade do panóptico. Além disso, o sinóptico utiliza-se da sedução das pessoas à vigilância, em oposição à coerção utilizada pelo panóptico. Em relação ao termo panóptico para caracterizar a vigilância na sociedade atual, Deleuze (1992) faz restrições ao emprego de tal conceito, ponderando que no ciberespaço não há

docilização de corpos através de enclausuramento e nem o controle sobre o tempo dos indivíduos. Assim, Deleuze (1992) sugere que a sociedade disciplinar idealizada por Foucault foi suplantada, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por outro modelo, o qual chamou de sociedade de controle.

A sociedade de controle é caracterizada pela mudança ocorrida na relação tempo-espço, à medida em que se desenvolveu e intensificou o uso dos sistemas de informações. Na sociedade de controle, há a interpenetrabilidade do ciberespaço, o qual é simbólico, não possui espaço físico definido; e a instauração de um tempo ilimitado, no qual os indivíduos estão sujeitos a uma sensação de que as atividades não possuem um fim, estando sempre em formação. Outro ponto que, segundo Deleuze (1992), marca a diferenciação da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, é a mudança na natureza do poder, que antes era baseado na vigilância hierarquizada, e, agora, torna-se cada vez mais disperso e difuso, através do ciberespaço. Ilocalizável nas redes de computadores, a ação do controle não seria mais vertical, mas sim horizontal e impessoal, estaria dissolvida entre os

indivíduos, não possuiria mais uma face.

Atualmente, na *web*, empresas e governos atuam interceptando, ouvindo, interpretando, por exemplo, os padrões de comportamentos dos seus consumidores ou cidadãos. Como afirma Costa (2004, p. 164):

Há uma espécie de vigilância disseminada no social, já que todos podem, de certa forma, seguir os passos de todos. O controle exercido é generalizado, multilateral. As empresas controlam seus clientes; as ONGs controlam as empresas e os governos; os governos controlam os cidadãos; e os cidadãos controlam a si mesmos, já que precisam estar atentos ao que fazem.

Nas comunidades virtuais, os indivíduos se utilizam cada vez mais das possibilidades de vigilância para exercerem controle sobre os outros, e sobre a coletividade, implicando reciprocamente em controle dos outros sobre si. Certamente, a visibilidade instaurada e as possibilidades de vigilância dela decorrentes, influenciam a subjetividade dos indivíduos que “transitam” nesses espaços.

3. Visibilidade e subjetividade

A constituição do sujeito moral envolve um modo de subjetivação, ou seja, um modo, historicamente constituído, pelo qual o indivíduo realiza a experiência de si, refletido em sua postura diante da vida (FOUCAULT, 2006). O conceito foucaultiano de subjetividade é interpretado por Cardoso (2005, p. 345) como sendo: “a expressão do que em nós, em nosso núcleo de subjetividade, se relaciona com as coisas, com o mundo, por isso envolve uma relação com o tempo”. Assim, ao mesmo tempo em que é formada, a subjetividade é

também desfeita por processos de subjetivação, os quais “os saberes e os poderes de todos os tempos procuram domar” (*id.* p.344).

Foucault (1997) falava sobre a relação entre visibilidade e subjetivação, colocando a vigilância como uma forma de alteração das práticas de si. Nesse sentido, as instituições disciplinares produziram modos de ser através da instauração do sentimento de vigilância onipresente nos enclausurados. Dessa forma, o panóptico marcava a alteração do foco de visibilidade: de quem exercia o controle para sobre quem o controle é exercido, tornando os indivíduos ao mesmo tempo foco e efeito do controle disciplinar. Assim, o controle disciplinar agiria não só na relação entre o indivíduo e o outro que vigia, mas também na relação entre o indivíduo e ele mesmo, já que seu principal efeito seria a autovigilância. Nesse sentido, o olhar do outro, ao atingir a visibilidade do indivíduo sobre si próprio, passava a influenciar a subjetividade.

Bruno (2004) afirma que essa mudança na visibilidade é um efeito obtido a partir da sanção normalizadora, elemento integrante do controle disciplinar (FOUCAULT, 1997), a qual consiste em um mecanismo penal. Através dele, são observados gestos, atitudes, tarefas, atividades cotidianas, e comparadas ao padrão de ‘normalidade’. A micropenalidade é dirigida aos que não se ajustam à regra, ou “menos ao que cada um faz do que ao que cada um é. Ou melhor, a norma é aquilo que opera a passagem da ação ao ser, extraíndo do comportamento individual o ser, a identidade de cada um” (BRUNO, 2004, p.112). No entanto, essa distinção sobre o normal e o anormal para os outros apenas se efetiva no momento em que uma regra deixa de ser imposta pelo outro, e passa

a ser interiorizada pelos indivíduos como sua, quando os próprios sujeitos passam a se julgar e autoconceber segundo essa norma, nascendo assim o sentimento de autovigilância. A verdade pertencente antes ao outro, passa a ser a verdade individual, e o controle do modo de ser desse indivíduo é realizado por ele próprio. Dessa forma, a sociedade disciplinar controla o corpo através da dominação da consciência individual.



Já na sociedade de controle, a introdução das TICs na vida cotidiana das pessoas passa a integrar um novo campo de visibilidade, o qual possibilita ao indivíduo tanto a vigilância quanto a exposição de sua vida íntima e privada. Através de tecnologias como câmeras, *weblogs* e *microblogs*, os sujeitos passam a expor elementos que antes estavam restritos ao espaço de sua intimidade, tais como seu espaço privado cotidiano, e até mesmo seus diários.

As formas de subjetivação, antes influenciadas por dispositivos disciplinares, através da sanção normalizadora, agora passam a ser exercidas sob uma condição de exterioridade, de uma subjetividade envolvida pela ação de se fazer visível ao olhar do outro. Esse aspecto de exterioridade na construção da subjetividade está presente tanto nos *weblogs*, quando os indivíduos escrevem sobre sua vida íntima e cotidiana objetivando a visibilidade, quanto em outros dispositivos de

vigilância contemporâneos, como os bancos de dados. Esses últimos exteriorizam a construção das subjetividades na medida em que captam informações sobre padrões de comportamentos a serem enquadrados, ou seja, geram dados impessoais, os quais visam projetar, prever comportamentos criminosos, de consumo, constituindo, a partir da ação exterior ao indivíduo uma identidade potencial (BRUNO, 2004).

Outra mudança na construção da subjetividade na sociedade atual está no status que possui o olhar do outro. Na sociedade disciplinar, o controle era hierarquizado, ou seja, o olhar do outro era imposto até o ponto de ser interiorizado pelos indivíduos, em que passava a integrar sua subjetividade. O olhar normalizador era tido como aquele que invadia, e a resistência ao poder panóptico podia se dar como um comportamento de preservação de sua intimidade. A aparência era relacionada à superfície, à exterioridade, à máscara, enquanto a realidade estava relacionada à profundidade, à interioridade e à verdade. Havia limites entre o público e o privado. Na atualidade, a exposição ao olhar do outro é voluntária (BAUMAN, 2001). Em uma sociedade cada vez mais individualizada, o olhar do outro passa a ser um desafio, uma obrigação a ser conquistada, produzida pelos sujeitos. Assim, o que era antes privado, como a intimidade, passa a ser “publicizado” voluntariamente pelos indivíduos. Não existem mais fronteiras delimitadas entre o que seja aparência ou realidade. A verdade não está vinculada a uma interioridade, mas ao que se mostra. Assim, é mitigado o desconforto em relação à exposição do íntimo, posto que tal exposição deixa de ser aprisionante para o indivíduo, e passa a ser almejada, já que traz a público o reconhecimento de sua

existência. Na atual sociedade de controle (ou de vigilância consentida?), “não por acaso, as tecnologias de comunicação são instrumentos privilegiados na constituição da individualidade e da subjetividade” (BRUNO, 2004, p. 10).

Considerações finais

O contexto de desenvolvimento tecnológico da atualidade possibilita o surgimento de novas formas de interação entre os indivíduos, tais como as comunidades virtuais. Em um ambiente de cibercultura, os mecanismos de vigilância e controle são simultaneamente potencializados e velados. Diante dessa invisibilidade nos mecanismos de vigilância, essas novas possibilidades de interação parecem proporcionar aos sujeitos maior “liberdade”. No entanto, em uma sociedade onde o individualismo faz com que o olhar do outro seja um privilégio a ser buscado, podem acabar por submetê-los a modos de subjetivação que visam construir modos de ser massificados.

Referências

- BAUMAN, Z. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BESSI, V. G.; ZIMMER, M. V.; GRISCI, C. L. I. O Panóptico Digital nas Organizações: Espaço-temporalidade e Controle no Mundo do Trabalho Contemporâneo. **Revista Organizações & Sociedade**, v.14, n. 42, p. 83-96, 2007.
- BRUNO, F. Máquinas de ver, modos e ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias da informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**, n. 24, p.110-124, 2004.
- CARDOSO, H.R. Jr. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 18, n. 3, p.343-349, 2005.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- COSTA, R. Sociedade de Controle. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.1, 2004.
- DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- ELMES, M. B.; STRONG, S. M.; VOLKFF, O. Panopticon Empowerment and reflective conformity in enterprise systems-enabled organizations. **Information and Organization**, n.15, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade: a vontade do saber**. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: O uso dos prazeres**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FORTIM, I. **O orkut na clínica e a relação terapeuta-paciente**. In: PRADO, O.Z.; FORTIM, I.; COSENTINO, L. (Orgs). **Psicologia & informática: produções do III. Psicoinfo II**. São Paulo: CRP/SP, 2006.
- GANDY Jr., O. H. The Surveillance Society: Information Technology and Bureaucratic Social Control. **Journal of Communication**, v. 39, n.3, p. 61-76, 1989.
- JONES, Q. Virtual-Communities, Virtual Settlements & Cyber-Archaeology: A Theoretical Outline. **Journal of Computer-Mediated Communication's**, v.3, n.3, 1997.
- LEMOES, A. Cibercultura e Mobilidade: a Era da Conexão. **Razon y Palabra**, n. 41, 2004. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibermob.pdf>. Acesso em 03.01.2010.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LYON, D. An Electronic Panopticon? A Sociological Critique of Surveillance Theory, **Sociological Review**, v.41, n.4, p. 653-678, 1993.
- PALACIOS, M. **Cotidiano e Sociabilidade no Cyberespaço: Apontamentos para Discussão**. Disponível em <http://facom/ufba/br/pesq/cyber/palacios/cotidiano.html> Acesso em 03.01.2010.
- PRIMO, Alex Fernando Teixeira. A emergência das comunidades virtuais. In: Intercom 1997 -

XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997, Santos. Anais... Santos, 1997.

PURSELL, JR; KRANZBERG, M. **Technology in Western Civilization**. v.2. New York: Oxford University Press, 1967.

RECUERO, R. C. Comunidades virtuais: uma abordagem teórica. In: **V Seminário Internacional de Comunicação**, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, Porto Alegre, 2001, Anais... Porto Alegre: PUC/RS.

RHEINGOLD, H. **The Virtual Community**. First MIT Press Edition, 2000. Disponível em

<http://books.google.com.br/books>. Acesso em 02.02.2010.

SEWELL, G.; WILKINSON, B. Someone to watch over me: Surveillance, discipline and the just-in-time labour process. **Sociology**. v.26, n.2, p. 271–291, 1992.

ZIMMER, M.V. **O panóptico está superado? Estudo etnográfico sobre a vigilância eletrônica**. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.